

Combate à corrupção e respeito ao Princípio do Juiz Natural como garantia constitucional

Alexandre de Moraes*

1. Breve introdução ao Princípio do Juiz Natural

A imparcialidade do Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal encontram no princípio do juiz natural, proclamado nos incisos XXXVII e LIII do art. 5º da Constituição Federal, uma de suas garantias indispensáveis, já explicitada por Boddo Dennewitz, ao afirmar que a instituição de um tribunal de exceção implica uma ferida mortal ao Estado de Direito, visto que sua proibição revela o *status* conferido ao Poder Judiciário na democracia.¹

O juiz natural é somente aquele integrado no Poder Judiciário, com todas as garantias institucionais e pessoais previstas na Constituição Federal. Assim, afirma José Celso de Mello Filho que somente os juizes, tribunais e órgãos jurisdicionais previstos na Constituição se identificam ao juiz natural, princípio que se estende ao poder de julgar também previsto em outros órgãos, como o Senado, nos casos de impedimento de agentes do Poder Executivo.²

O referido princípio deve ser interpretado em sua plenitude, de forma a não só proibir-se a criação de Tribunais ou juízos de exceção, como também *exigir-se respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência*, para que não seja afetada a independência e a imparcialidade do órgão julgador.

Desde a Constituição Política do Império do Brasil, jurada a 25/03/1824, o Direito Constitucional brasileiro previa em seu Título VIII — Das disposições

geraes, e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros — extenso rol de direitos humanos fundamentais, entre eles o princípio do Juiz natural, repetido, igualmente, por nossa 1ª Constituição republicana, de 24/02/1891, que em seu Título III, Seção II, previa a Declaração de Direitos e nas demais Cartas Republicanas.³

O direito a um juiz imparcial constitui, portanto, garantia fundamental na administração da Justiça em um Estado de Direito e serve de substrato para a previsão ordinária de hipóteses de impedimento e suspeição do órgão julgador. Sempre, repita-se, no intuito de garantir a imparcialidade do órgão julgador.

2. Princípio do Juiz Natural e efetivo combate à corrupção e à improbidade administrativa

Em sessão de 20/11/2002, adiada por pedido de vista, o Supremo Tribunal Federal havia iniciado a importante discussão sobre a existência ou não de foro especial para agentes políticos processados por atos de improbidade administrativa.

Discussão, porém, que, desviando-se do foco inicial, acabou por gerar posicionamento no STF sobre a não aplicação da lei de improbidade aos agentes políticos, ou seja, ao Presidente, Governadores, Prefeitos, Parlamentares, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Após quase 5 (cinco) anos, e com alteração substancial da composição da Corte, o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos (6 x 5), adotou o posicionamento de excluir do pólo passivo da ação de improbidade administrativa todos os agentes políticos passíveis de responsabilização por crime de responsabilidade.⁴

* Doutor em Direito do Estado e Livre-docente em Direito Constitucional pela USP. Professor-associado da Faculdade de Direito da USP e Professor titular da Universidade Mackenzie. Advogado e Consultor Jurídico. Foi membro da 1ª Composição do Conselho Nacional de Justiça (biênio 2005/2007), Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo (2002/2005) e Promotor de Justiça do Estado de São Paulo (1991/2002). Atualmente, exerce o cargo de Secretário Municipal de Transporte de São Paulo.

¹ DENNEWITZ, Boddo. Kommentar zum Bonner Grundgesetz: Bonner Kommentar. Hamburgo : Joachin Hestmann, 1950, art. 101.

² MELLO FILHO, José Celso. *A tutela judicial da liberdade*. RT 526/291.

³ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação constitucional*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 168.

⁴ STF – Pleno – Reclamação 2.138/DF – Rel. Min. Nelson Jobim, decisão: 12/06/2007.

Acreditamos não se tratar de posicionamento definitivo da Corte, uma vez que, não participaram do julgamento os Ministros Carlos Ayres Britto, Eros Grau, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, por sucederem os ministros aposentados que já haviam proferido seus votos.⁵

Igualmente, entendemos que tal posicionamento não deva prevalecer, em que pese a excelência de seus defensores, pois, além de distanciar-se da tradicional *autonomia de instâncias*, tradicionalmente consagrada no Direito brasileiro, enfraquecerá o combate à improbidade administrativa e tornará mais ineficaz a luta contra a corrupção no Brasil. A CF/1988, em seu art. 37, § 4º, determina as consequências para a prática de improbidade administrativa, *sem excluir qualquer agente político de sua incidência*.

Não bastasse isso, a manutenção dessa posição acarretará indesejável concentração de poder para o processo e julgamento das autoridades de primeiro escalão (Ministros, Secretários de Estado, etc.), pois *via reflexa*, acabou por estabelecer *foro privilegiado*, uma vez que nas hipóteses das altas autoridades da República, somente o Procurador-Geral da República poderá oferecer acusação por crime de responsabilidade perante o Supremo Tribunal Federal,⁶ e, *mais grave*, desde que o responsável ainda esteja no exercício do cargo/mandato.⁷

Esse posicionamento enfraquecerá o combate à improbidade administrativa e tornará mais ineficaz a luta contra a corrupção no Brasil.

O combate específico à improbidade administrativa, no campo civil, foi iniciado com o Decreto-Lei federal 3.240, de 08/05/1941, que previa o seqüestro e a perda dos bens de autores de crimes que resultaram prejuízo para a Fazenda Pública, desde que resultasse locupletamento ilícito, e subsidiariamente a reparação civil do dano e a incorporação ao patrimônio

público de bens de aquisição ilegítima de pessoa que exercesse ou tivesse exercido função pública.⁸

A Constituição de 1946 estabeleceu a possibilidade de regulamentação legal sobre o seqüestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica (art. 141, § 3º).

A regulamentação legal veio com a Lei 3.164/1957 (Lei Pitombo-Godói). Posteriormente, o Congresso Nacional editou a Lei 3.502/1958 (Lei Bilac Pinto), estabelecendo as providências para o combate ao enriquecimento ilícito. O AI 14/1969, ao estabelecer nova redação ao art. 150, § 11, da Constituição Federal, posteriormente renomeado para art. 153, § 11, pela EC 01/1969, da mesma maneira que a Constituição de 1946 estabeleceu a possibilidade de regulamentação legal sobre o confisco e sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, direta ou indireta.

A CF/1988 foi mais além do que simplesmente prever o perdimento de bens, em seu art. 37, § 4º, determina que os atos de improbidade administrativa importarão: a suspensão dos direitos políticos; a perda da função pública; a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível e, repita-se, *não excluiu qualquer agente político de sua incidência*.

Em atendimento à Constituição Federal foi editada a Lei 8.429/1992, estabelecendo as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função Administrativa Pública direta, indireta ou fundacional e dando outras providências.

A lei de improbidade, portanto, não pune a mera ilegalidade, *mas sim a conduta ilegal ou imoral do agente público*, e de todo aquele que o auxilie, *voltada para a corrupção*. A finalidade do combate constitucional à improbidade administrativa é evitar que os agentes públicos atuem em detrimento do Estado, pois como já salientava Platão, a punição e afastamento da vida pública dos agentes corruptos pretende fixar uma regra proibitiva, de que os servidores públicos não se deixem

⁵ Tal previsão foi corroborada por decisão monocrática da Presidência do STF, que entendeu que a decisão sobre improbidade e agente político nas citadas reclamações não possuem efeitos vinculantes, nem tampouco eficácia *erga omnes* (STF – RCLs 5378, 5389, 5391 e 5393 – Rel. Min. Ellen Gracie, decisão: 23/07/2007).

⁶ STF – Pleno – Petição 1.954/DF – Rel. Min. Maurício Corrêa, *Diário da Justiça*, Seção I, 01/08/2003, p. 106; STF – Petição 1.954-7/DF – medida liminar – Rel. Min. Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 10/02/1999 e 14/06/2000, p. 3; STF – Petição 1.199-6/SP – Rel. Min. Celso de Mello, despacho: 31/10/1996; STF – Petição 1.656/DF – Rel. Min. Maurício Corrêa, *Informativo STF* 281.

⁷ STF – Petição 1.468-6/DF – Rel. Min. Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 17/10/2001, p. 33.

⁸ Cf. MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional administrativo*. 1. ed. 2 tiragem. São Paulo: Atlas, 2002, p. 320.

“induzir por preço nenhum a agir em detrimento dos interesses do Estado”.⁹

A proibição de responsabilizar-se os mais altos mandatários da República por atos de improbidade administrativa, isentando-os da incidência da Lei 8.429/1992, parece-nos ferir os princípios republicanos, em especial, o princípio da igualdade, legalidade e moralidade administrativa, indo de encontro com o secular problema governamental central, discutido por Aristóteles¹⁰ e Rousseau,¹¹ e que permanece latente nos dias de hoje, como uma comunidade deve conseguir ser um Império de Leis, e não de Homens, e para isso, deve aplicar igualitariamente suas leis, pois como lembra Cícero, “fazem muito mal à República os políticos corruptos, pois não apenas se impregnam de vícios eles mesmos, mas os infundem na sociedade”.¹²

Todos agentes públicos, portanto, devem estar sujeitos à responsabilidade judicial pela prática de atos de improbidade administrativa, nos termos do § 4º, do art. 37 da Constituição Federal, observando-se, igualmente, as regras constitucionais e legais de definição de competência para o processo e julgamento, em absoluto respeito ao Princípio do Juiz Natural.

3. Inexistência de foro privilegiado em relação às ações por ato de improbidade administrativa

A Constituição Federal de 1988 não incluiu o julgamento das ações por ato de improbidade administrativa na esfera de atribuições jurisdicionais originárias do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais ou quaisquer outros tribunais, cuja competência originária não as abrange, ainda que propostas em face dos

congressistas,¹³ de Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos ou do próprio Presidente da República.¹⁴

Em relação à competência para propositura de ação civil pública por ato de improbidade administrativa praticado por então Prefeito, posteriormente eleito Deputado Federal, afirmou o Supremo Tribunal Federal que “como a alegação de improbidade administrativa concerne à atuação do acusado como Prefeito Municipal, observadas as formalidades legais atinentes à espécie, competente para propor a ação de improbidade administrativa é o Representante do Ministério Público, com atribuição específica, ou a Prefeitura de Acaraú (art. 17 da Lei 8.429). Obviamente, o Supremo Tribunal Federal não é o órgão competente para conhecer, inicialmente, de ação de improbidade administrativa, ainda que proposta contra quem detenha atualmente o mandato de Deputado Federal”.¹⁵

No mesmo sentido, o entendimento pacífico do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, pela inexistência de foro privilegiado em relação à propositura de ações civis públicas por ato de improbidade administrativa contra ato de Prefeito Municipal, afirmando que “a competência originária do Tribunal de Justiça é para o julgamento do prefeito, isto é, diz respeito a ações criminais contra o Prefeito, quando, então será ele julgado. Não diz respeito a outras ações nas quais se

¹³“Senador da República. Inquérito Civil. Ação civil pública. Medida processual a ser eventualmente adotada contra empresas que estiveram sujeitas ao poder de controle e gestão do parlamentar, até a sua investidura no mandato legislativo alegada usurpação da competência originária do Supremo Tribunal Federal. Ausência de plausibilidade jurídica. Medida liminar cassada. O Supremo Tribunal Federal — mesmo tratando-se de pessoas ou autoridades que dispõem, em razão do ofício, de prerrogativa de foro, nos casos estritos comuns — não tem competência originária para processar e julgar ações civis públicas que contra elas possam ser ajuizadas. Precedentes” (STF – Agravo regimental em reclamação 1.110-1/DF – Rel. Min. Celso de Mello. Decisão: 25/11/1999. *Informativo STF* 172).

¹⁴“O foro privilegiado concedido pelo art. 29, VIII, da CF, a Prefeito Municipal em razão do cargo, diz respeito somente aos casos de responsabilidade penal, não se estendendo aos de natureza civil” (RT 694/88); “Competência – Prefeito Municipal – Ação Civil Pública contra este – Foro privilegiado – Prerrogativa de função – Inadmissibilidade – Garantia restrita à esfera penal – Súmula 394 do Supremo Tribunal Federal” (JTJ 170/20). Cf., ainda, nesse sentido: TJ/SP – 2ª Câmara de Direito Público – Apelação Cível 278.064-1/9 – Rel. Des. Corrêa Vianna. Decisão: 27/05/1997.

¹⁵STF – Pleno – Inquérito 1.202-5/CE – Rel. Min. Carlos Velloso. *Diário da Justiça*, Seção I, 04/03/1997, p. 4.800.

⁹ PLATÃO. *Leis*, 715d.

¹⁰ ARISTÓTELES. *Política*, 1286a.

¹¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

¹² CÍCERO. *Manual do candidato a eleições. Carta do bom administrador e pensamentos políticos selecionados*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000, p. 15.

julga a responsabilidade civil dele por atos praticados no exercício do cargo”.¹⁶

Diversamente, o ex-Ministro Paulo Brossard defende a existência de foro especial para as ações civis por ato de improbidade administrativa de membros do Poder Judiciário, afirmando que, “em tema pertinente ao exercício de suas funções judicantes ou administrativas, envolvendo mesmo sua permanência na magistratura ou o seu afastamento dela, não pode ser processado e julgado por juiz a ele hierarquicamente inferior”.¹⁷

Nesse mesmo sentido, Arnoldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes defendem “a incompetência dos juízos de primeira instância para processar e julgar causas de improbidade administrativa em que sejam réus ministros de Estado ou membros de tribunais superiores, em face da natureza das sanções aplicáveis, que ultrapassam os limites da reparação pecuniária e podem ir, em tese, à perda da função pública. Admitir a competência funcional dos juízos de primeira instância é subverter todo o sistema jurídico nacional de repartição de competência”.¹⁸

Discordamos desse posicionamento, pois a Constituição Federal, consagrando o Princípio do Juiz Natural (art. 5º, XXXVII e LIII), não permite alterações de foro por conveniências ou analogias políticas. O legislador constituinte foi claro ao direcionar os foros especiais em razão da dignidade da função somente para o processo penal — bastando, por exemplo, a leitura do art. 102, I, *b*, ou art. 105, I, *a* —; *excluindo-se, portanto, de forma peremptória o processo e julgamento das ações civis por ato de improbidade administrativa originariamente nos Tribunais, independentemente do cargo ou função ocupado pelo agente público.*

Fábio Konder Comparato, igualmente, nega a existência de foro especial para responsabilização por atos de improbidade administrativa, afirmando que “a criação de foros privilegiados, em razão da função ou

cargo público exercido por alguém, é sempre submetida ao princípio da reserva, de natureza constitucional ou legal. Em nenhum País do mundo, que se pretenda Estado de Direito, ou, mais ainda, Estado Democrático de Direito, nunca se ouviu dizer nem sequer sugerir que o Poder Executivo, ou o Poder Judiciário tenham competência para criar prerrogativas de foro; pior ainda — o que seria inominável abuso — ninguém jamais admitiu a constitucionalidade de sistemas jurídicos onde houvesse prerrogativas de foro para os próprios membros do Poder que as criava”; para concluir que os privilégios de foro, “representam uma exceção ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei. Em conseqüência, tais prerrogativas devem ser entendidas à justa, sem a mais mínima ampliação do sentido literal da norma. Se o constituinte não se achar autorizado a conceder a alguém mais do que a consideração da utilidade pública lhe pareceu justificar, na hipótese, seria intolerável usurpação do intérprete pretender ampliar esse benefício excepcional”.¹⁹

4. Princípio do Juiz Natural e taxatividade constitucional das competências originárias do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça

A idéia de taxatividade constitucional das competências originárias dos Tribunais Superiores nasceu com a idéia de supremacia jurisdicional por meio do controle de constitucionalidade, ambas sendo firmadas no célebre caso *Marbury v. Madison* (1 Cranch 137 – 1803), em histórica decisão da Suprema Corte americana, relatada por seu *Chief Justice* John Marshall.²⁰

Marbury havia sido nomeado em 1801, nos termos da lei, para o cargo de juiz de paz no Distrito de Columbia, pelo então Presidente da República John

¹⁶ TJ/SP – 2ª Câmara Civil – Apelação Cível 201.861-1/8 – Rel. Des. Lino Machado. Decisão: 01/03/1994, Tribunal de Justiça de São Paulo – 2ª Câmara de Direito Público – Apelação Cível 278.064-1/9 – São Paulo – Rel. Des. Corrêa Vianna. Decisão: 27/05/1997. Conferir, ainda: *RT* 694/88; *JTJ* 170/20.

¹⁷ BROSSARD, Paulo. Parecer juntado na Reclamação 591 (07/10/1998) ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça.

¹⁸ WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Competência para julgar improbidade administrativa. *Correio Brasiliense*.

¹⁹ COMPARATO, Fábio Konder. Ação de improbidade: Lei 8.429/1992. Competência ao juízo do 1º grau. *Boletim dos Procuradores da República*, ano 1, n. 9, jan. 1999.

²⁰ ABRAHAM, Henry J. A Corte Suprema no evolutivo processo político. In: Vários autores. *Ensaio sobre a Constituição dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 93. COOLEY, Thomas. *Princípios gerais de direito constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. p. 142. BAUM, Lawrence. *A Suprema Corte americana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. p. 132.

Adams, do Partido Federalista, que se encontrava nos últimos dias de seu mandato. Ocorre, porém, que não houve tempo hábil para que fosse dada a posse ao já nomeado Marbury, antes que assumisse a Presidência da República, o republicano Thomas Jefferson. Este, ao assumir, determinou que seu Secretário de Estado, Madison, negasse posse a Marbury, que por sua vez, em virtude dessa ilegalidade, requereu à Suprema Corte um *mandamus*, para que o Secretário de Estado Madison fosse obrigado a dar-lhe posse.

Toda essa questão envolvia não só conflitos jurídicos, mas também políticos, pois a Suprema Corte era composta majoritariamente de federalistas, enquanto o Congresso e o Executivo estavam sob o controle dos republicanos, que jamais aceitariam uma intervenção direta do Judiciário nos negócios políticos do Executivo.²¹

Como lembrado por Lêda Boechat Rodrigues, “em 1802, nos jornais e no Congresso foi a Corte violentamente atacada, sugerindo James Monroe o *impeachment* contra os seus juizes, se ousassem aplicar os princípios da *Common Law* à Constituição. A mesma providência foi pleiteada, dias antes da decisão, por um jornal oficioso do governo, o *Independent Chronicle*, de Boston, segundo o qual a concessão da medida significaria guerra entre departamentos constituídos. Se concedida, a medida certamente não seria cumprida”.²²

Marshall, de forma hábil, tratou o caso pelo ângulo da competência constitucional da Suprema Corte Americana, analisando a incompatibilidade da Lei Judiciária de 1789, que autorizava o Tribunal a expedir mandados para remediar erros ilegais do Executivo, e a própria Constituição, que em seu art. III, Seção 2, disciplinava a competência originária da Corte.²³

Assim, apesar de a Corte ter entendido ser ilegal a conduta do Secretário de Estado Madison, por

recusar-se a expedir a comissão legalmente devida a Marbury proveniente da ação do antigo presidente Adams, com aprovação da maioria do Senado, entendeu, preliminar e prejudicialmente, que carecia de competência para emitir o mandado requerido, uma vez que as competências da Suprema Corte estariam taxativamente previstas pela Constituição, não podendo o Congresso Nacional, por meio da Lei Judiciária de 1789, ampliá-las.

Esse posicionamento tem exatos 200 anos na doutrina constitucional norte-americana e mais de 110 anos na doutrina e jurisprudência nacionais, pois, igualmente, foi consagrado no Brasil desde nossos primeiros passos republicanos,²⁴ pois o Supremo Tribunal Federal, que nasceu republicano com a Constituição de 1891 e com a função precípua, como salientado por Afonso Arinos, de defender a Constituição em face, principalmente, do Poder Legislativo, por meio da revisão da constitucionalidade das leis,²⁵ jamais admitiu que o Congresso Nacional pudesse alterar suas competências originárias por legislação ordinária, pois, como salientado por nossa Corte Suprema, seu “complexo de atribuições jurisdicionais de extração essencialmente constitucional, não comporta a possibilidade de extensão, que extravasem os rígidos limites fixados em *numerus clausus* pelo rol exaustivo inscrito no art. 102, I, da Carta Política”.²⁶

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, nos termos, respectivamente, nos art. 102 e 105, somente poderão processar e julgar, originariamente, as hipóteses previstas no texto constitucional, e entre elas, não se encontra a hipótese de improbidade administrativa.

5. Conclusão

A Constituição Republicana de 1988, portanto, foi absolutamente cristalina ao direcionar os foros especiais em razão da dignidade da função somente para o processo penal — bastando, como já citado, a

²¹ Cf. MORAES, Alexandre de. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais*. 1. ed. 2 tiragem. São Paulo: Atlas, 2000, p. 95 ss.

²² RODRIGUES, Lêda Boechat. *A Corte Suprema e o direito constitucional americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1958, p. 35.

²³ HALL, Kermit L. *The oxford guide to United States Supreme Courts decisions*. New York: Oxford University Press, 1999, p. 173; SWISHER, Carl Brent. *Decisões históricas da Corte Suprema*. Rio de Janeiro: Forense, 1962, p. 10-14; SCHWARTZ, Bernard. *Direito constitucional americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1966, p. 257.

²⁴ Conferir, nesse sentido, diversos julgamentos: RTJ 43/129, RTJ 44/563, RTJ 50/72, RTJ 53/776.

²⁵ MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Curso de direito constitucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1960, p. 98.

²⁶ STF – Petição 1.026-4/DF – Rel. Min. Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 31/05/1995, p. 15.855.

leitura do art. 102, I, *b*, ou art. 105, I, *a* —; excluindo-se o julgamento das ações por ato de improbidade administrativa da esfera de atribuições jurisdicionais originárias do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Eventual alteração dessa regra, prevendo competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça para processo e julgamento de ações de improbidade administrativa somente poderá ocorrer com expressa alteração constitucional, por meio de Emendas à Constituição, uma vez que o próprio Pretório Excelso somente admite a alteração de suas competências originárias pelo legislador constituinte derivado,²⁷ sendo absolutamente vedado ao legislador ordinário ampliar as suas competências originárias.

Portanto, para que se evite o desrespeito ao Princípio do Juiz Natural e eventual perigo de retrocesso na fiscalização de corrupção na administração pública, que gera a ineficiência e o descrédito na Democracia, como já salientou Bobbio, a Lei de Improbidade Administrativa deve ser aplicada a todos os servidores públicos, dos mais humildes aos mais graduados, em total observância ao Princípio do Juiz Natural e às regras constitucionais de competência, com o intuito de prevenir a corrosão da máquina burocrática do Estado e garantir a transparência na condução dos negócios políticos do Estado.²⁸

6. Referências bibliográficas

ABRAHAM, Henry J. A Corte Suprema no evolutivo processo político. In: Vários autores. *Ensaio sobre a Constituição dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

ARISTÓTELES. *Política*, 1286a.

BAUM, Lawrence. *A Suprema Corte americana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra Política, 1986.

BROSSARD, Paulo. Parecer juntado na Reclamação 591 (07/10/1998) ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça.

CÍCERO. *Manual do candidato à eleições. Carta do bom administrador e pensamentos políticos selecionados*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. Ação de improbidade: Lei 8.429/1992. Competência ao juízo do 1º grau. *Boletim dos Procuradores da República*, ano 1, n. 9, jan. 1999.

COOLEY, Thomas. *Princípios gerais de direito constitucional dos Estados Unidos da América do Norte*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

DENNEWITZ, Boddo. Kommentar zum Bonner Grundgesetz: Bonner Kommentar. Hamburgo: Joachin Hestmann, 1950. Art. 101.

HALL, Kermit L. *The oxford guide to United States Supreme Courts decisions*. New York: Oxford University Press, 1999.

MELLO FILHO, José Celso. A tutela judicial da liberdade. RT 526/291.

MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Curso de direito constitucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1960.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil Interpretada e Legislação constitucional*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Direito constitucional administrativo*. 1. ed. 2 tiragem. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais*. 1. ed. 2 tiragem. São Paulo: Atlas, 2000.

PLATÃO. *Leis*, 715d.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *A Corte Suprema e o direito constitucional americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

SCHWARTZ, Bernard. *Direito constitucional americano*. Rio de Janeiro: Forense, 1966.

SWISHER, Carl Brent. *Decisões históricas da Corte Suprema*. Rio de Janeiro: Forense, 1962.

WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar Ferreira. Competência para julgar improbidade administrativa. *Correio Brasiliense*.

²⁷ A respeito dessa possibilidade, conferir análise pelo STF da EC 22/1999, que transferiu o processo e julgamento de *habeas corpus* contra ato de coação derivado de decisão colegiada de TRF ou Tribunais Estaduais do Supremo Tribunal Federal para o Superior Tribunal de Justiça (STF – 2ª T – HC 78.416/RJ – questão de ordem – Rel. Min. Mauricio Corrêa, decisão: 22/03/1999; STF – 1ª T – HC 78.756-6/SP – Rel. Min. Sepúlveda Pertence, *Diário da Justiça*, Seção I, 29/03/1999, p. 21).

²⁸ BOBBIO, Norberto. *O futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra Política, 1986, p. 158.